

“É MUITO BONITA PRA SER INTELIGENTE”: O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA DESMISTIFICAÇÃO DAS IDEIAÇÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DA INTELIGÊNCIA FEMININA

Leonara Vitória Brito Oliveira¹
Fábia Juliana Azevedo da Silva²
José Andrade Costa Filho³

RESUMO

A construção histórica e patriarcal em torno de meninas e mulheres ensina desde sempre a aversão no que diz respeito ao feminino, mais especificamente à inteligência feminina, pois, a beleza deve ser sua prioridade enquanto um ser feminino e isto se reflete em atitudes e comportamentos reforçados através desse ideal machista. Nessa lógica, esse estudo é de cunho histórico-bibliográfico, o mesmo empregou como princípio metodológico, o caráter explicativo, objetivando analisar a construção do conceito de inteligência advindo de questões relacionadas ao meio social, cultural e patriarcal brasileiro, relacionando-o com o estigma que as mulheres vivenciam, tendo em vista, a discussão acerca do papel educacional na transformação da conjuntura da sociedade patriarcal. Dessa forma, observou-se que a inteligência é por vezes dotada como um atributo erótico do homem, em que o papel da educação é desnaturalizar essa idealização sociocultural. Além disso, observou-se que a cultura do machismo está imbricada desde cedo no contexto feminino e isso afeta desde sempre a formulação do autoconceito. Ademais, conclui-se também que o papel da educação nesse processo de desconstrução idealística e coletiva deve se direcionar acerca da reflexão e reformulação de concepções acerca de comportamentos que devem ser de meninas e/ou comportamentos de meninos, tendo em vista também, o papel da família na desconstrução dessa idealização que foi naturalizada no processo educacional durante todo este tempo.

Palavras-chave: Gênero, Sociedade, Educação, Inteligência Feminina.

INTRODUÇÃO

A construção histórica, cultural, sexista e patriarcal em torno das mulheres brasileiras é uma grande problemática, principalmente, quando é abordada no contexto atual e no âmbito educacional, ressalta-se, portanto, que as mulheres brasileiras do século XXI requerem e lutam cada vez mais por espaços dentro do espaço social, evidenciando o intenso desejo pela liberdade, pela equiparação de direitos e também da alteridade por uma sociedade mais democrática e igualitária (PEDRO; GUEDES, 2010).

Ao analisar a perspectiva histórica das modificações no contexto de inserção das mulheres, entende-se através de Alves e Pitanguy (1991) apud Boris e Cesidio (2007) que a vida da mulher até meados do século XIX era administrada de acordo com os interesses masculinos, sendo baseada na aura de castidade e submissão, dado que sua função social era

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, leonaranz@outlook.com;

² Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, julianafabia19@outlook.com;

³ Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB. Professor efetivo do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, joacofi@uol.com.br.

procriar e cumprir o que fosse mandado pelo pai ou marido, isto é, a mulher não ocupava um lugar de cargo que remetesse a responsabilidades no âmbito laboral, porque sua única função era corresponder de maneira positiva ao ambiente familiar.

Devido a essa caracterização histórica e cultural feminina, as mulheres estão sempre submetidas ao ciclo do confronto respaldado pelo corpo *versus* inteligência, fazendo com que acreditem cada vez mais nas limitações que são impostas socialmente acerca da própria construção do seu autoconceito, pois, desde cedo as mulheres são ensinadas que aparência devem ter e qual comportamento devem executar diante determinadas situações (WOLF, 2020).

Nessa perspectiva, uma pesquisa publicada na revista *exame*, realizada em 2020 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas, mostrou que 90% dos homens e das mulheres têm visões negativas sobre o papel que as mulheres exercem na política, no âmbito laboral e até mesmo na vida familiar. É possível verificar que ainda perdura na sociedade atual a visão social de uma mulher subordinada e definida ainda como incapaz de realizar determinadas tarefas, principalmente, aquelas que necessitam de um grau de instrução mais elevado. Wolf (2020) corrobora com essa concepção ao abordar que a imagem ideal feminina ocupa um espaço de colaboração na construção de uma sociedade que é baseada no homem como o centro do universo, isto implica em entender que a beleza é a moral, isto é, a beleza é de natureza genérica, monótona e inerte, em que o consenso da percepção da massa define o que é belo ou não.

Dessarte, de acordo com Machado (1995) o conceito de gênero deve ser gerado a partir da perspectiva da desconstrução dos ideais naturalizados do conceito de homem e mulher, entendemos então, a pertinência de discutir esses pensamentos que são estruturados socialmente, principalmente, no âmbito escolar, pois a (des)construção desse conceito equivocado deve ser debatido desde o começo do desenvolvimento humano, pois, o papel da democratização da educação precoce, principalmente, no que tange a desmistificação do estigma acerca da inteligência feminina, que por vezes é definida como incapacitante define a escola como responsável por transformar conceitos, modificar atitudes e construir uma proximidade entre cultura e ciência, tornando alunos em cidadãos (LIBÂNEO, 2000 apud MAIO; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2018).

Dessa forma, esse estudo tem como característica um aspecto histórico- bibliográfico e visa entender o conceito de inteligência posto acerca das mulheres brasileiras ao longo do tempo e de como isso afeta a formulação de seu autoconceito, uma vez que consideramos o contexto social brasileiro que essas mulheres são submetidas e a neutralização de papéis que

são dispostos e preditos ao tratarmos da identidade de gênero. Além disso, essa pesquisa bibliográfica pretende apresentar o papel da educação como fator de intervenção e de desconstrução desse contexto de opressão, tendo em vista que a educação proporciona a oportunidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

Esse estudo tem como base uma fundamentação histórica bibliográfica e, empregou como princípio metodológico, o caráter explicativo. Sendo assim, obteve-se acerca disso, uma pesquisa concernente à construção do conceito de inteligência advindo de questões relacionadas ao meio social, cultural e patriarcal brasileiro, relacionando-o ao estigma que as mulheres vivenciam, tendo em vista, a discussão acerca do papel educacional na transformação da conjuntura da sociedade patriarcal.

Através da gama de pesquisas relacionadas à temática de gênero, o estudo se debruçou, principalmente, nos efeitos do estigma posto em volta das mulheres que diariamente são limitadas a executarem determinados comportamentos em virtude do embate construído socialmente em torno do corpo *versus* inteligência, adentrando particularmente no que concerne ao papel da educação na desmistificação de condutas oriundas da atual sociedade obsoleta, tendo como objetivo explanar de que maneira o estigma social adotado pelo sistema patriarcal brasileiro dificulta a aquisição de uma sociedade mais igualitária.

REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta de estudo sugerida neste trabalho é a de analisar teoricamente o quanto a construção histórica e social do conceito de inteligência prejudica nas relações sociais das mulheres e o quanto o embate social de corpo *versus* inteligência afeta na construção do conceito de si própria, dificultando a ascensão para uma sociedade mais justa e igualitária. Em acréscimo a isso, através da problemática sugerida neste estudo, busca-se analisar os efeitos dos estigmas postos as mulheres diariamente e de que forma o processo educacional configura-se como um fator de intervenção na idealização de comportamentos nocivos que afetam a integridade feminina.

Ao endossar Santos e Oliveira (2010) entendemos que a ampla dimensão das discrepâncias nos espaços sociais por diversos fatores, nos permite analisar que as mulheres estão inseridas em um contexto de desigualdade, favorecendo-as, as variadas situações de subordinação e opressão, compreende-se, pois, as mulheres brasileiras dessa nova constituição social sofrem resquícios e repressões desse antigo sistema patriarcal até os dias de hoje, em

que apesar de terem conquistado mais espaços, lamentavelmente, ainda não alcançaram o suficiente para uma vida social mais digna, justa e igualitária.

Nessa perspectiva, de acordo com Andrade (2004) apud Linck (2018) o simbolismo que estereotipa e estigmatiza o gênero feminino é construído através de valores históricos e culturais, em que as mulheres se encontram em um papel subordinado, uma vez que determinadas qualidades, além do acesso a certos papéis são entendidos como naturalmente ligados a um indivíduo em desvantagem do outro.

Coaduna com essa lógica, Louro (1997) ao afirmar que diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelo gênero, da mesma maneira que também são constituintes do gênero, porque elas fabricam e atravessam sujeito através de práticas, relações ou espaços sociais, em que a relação dicotômica entre feminino-masculino permite uma contínua oposição entre um pólo dominante e um dominado. Sendo assim, ao abordarmos sobre a concepção de gênero, preexiste um estigma marcado e construído socialmente acerca das mulheres e isso também implica nas concepções em torno do que é inteligência feminina e de que maneira ela deve ser expressa na sociedade.

Nesse sentido, como nos esclarece Borges (2005) a inteligência feminina está exposta como um atributo erótico do homem, enquanto a beleza é o que em essência a torna atraente. Logo, a partir dessa idealização de Borges (2005), ao tratarmos do conceito de beleza padrão exercido sob as mulheres, estamos atribuindo-o a um papel sexual, em que a ideia de inteligência feminina ocupa um espaço limitado socialmente, sendo definida como algo desinteressante, desagradável e até mesmo inconveniente.

Dessa maneira, segundo Saffioti (2015, p.75) “a desigualdade longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais”. Isto quer dizer que, as desigualdades de gênero podem ser desconstruídas e reformuladas através de relações mais igualitárias na sociedade, em que a educação tem uma forte contribuição na ressignificação desse processo, pois, é papel da educação promover ideais humanizadores e ter como princípio básico, o reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos que possuem direitos, deveres e merecem respeito (MAIO; OLIVEIRA; PEIXOTO, 2018).

Coadunam com essa reflexão Silva e Costa (2018) ao afirmarem que a escola deve ser configurada como um lugar de reflexão, estabelecendo uma via participativa e de mão dupla, em que os saberes serão direcionados aos sujeitos, mas os sujeitos também irão se envolver com esses saberes, tornando-se de extrema importância o estabelecimento de novas compreensões sobre a temática da feminilidade e a ocupação de espaços nos currículos

escolares, objetivando uma educação baseada na equidade de gênero desde o período da infância.

Contribuindo com essa acepção, um estudo publicado por Bian, Lesli e Cimpian (2017) efetuado com meninas de seis anos mostrou que essas tendem a acreditar que inteligência é uma característica masculina, reafirmando assim, o poder dos estereótipos em torno do machismo estrutural, que visivelmente afeta a construção da autoimagem posta sobre essas meninas que, conseqüentemente, precisarão passar por um processo de ressignificação em relação ao ideal naturalizado sobre capacidade de executar determinada tarefa não ser ligada a concepção de ser mulher.

Corroborando com essa ideia Wolf (2018) ao postular que a cultura estereotipa as mulheres para que se moldem ao mito, nivelando o que é feminino na ideia de beleza-sem inteligência ou então, na inteligência-sem beleza, sendo autorizado apenas uma escolha entre mente ou corpo, mas de maneira alguma, os dois ao mesmo tempo. Além disso, ao endossarmos Borges (2005), deve-se destacar que o construto desse conceito de inteligência feminina é dado como um atributo erótico do homem, em que perpassa majoritariamente como algo desinteressante.

É importante analisar acerca dessa lógica que naturaliza determinados comportamentos e atitudes, porque se percebe que tanto os pais quanto os professores direcionam as atividades no ambiente escolar como “mundo das meninas” e o “mundo dos meninos”, “coisas de menina” e “coisas de menino”, demarcando um abismo e projetando uma barreira intransitória entre os dois gêneros (BENTO, 2011 apud FIALHO; SOUSA, 2019). Nesse sentido, observa-se que o machismo é oriundo dos diversos discursos profanados nas relações cotidianas e este é o motivo de muitas mulheres se tornarem, inclusive, como propagadoras de atitudes desse cunho, mesmo sem ter consciência, porque elas se encontram inseridas em um sistema que desde sempre as ensinam a passividade diante as situações, este sistema sendo, portanto, construído de maneira simbólica (PINHO, 2018).

Portanto, destaca-se a importância do debate acerca dessa construção de gênero machista no ambiente escolar, pois, de acordo com Fialho e Nascimento (2017, p. 928) “abordar a temática de gênero na escola tem se mostrado uma necessidade cada vez mais urgente que merece visibilidade no cenário educativo atual” e isto implica em afetar diretamente a construção do sujeito e de seus comportamentos considerados naturalizados perante a sociedade.

Nessa perspectiva, Alvarez e Vieira (2014) acrescentam que a cultura da organização, o funcionamento escolar e a junção de atividades em parceria da escola com a comunidade

ocupam um lugar potencializador no processo de ensino/aprendizagem e na desconstrução crítica de uma perspectiva que tem como alicerce a normalização da desigualdade de gênero e de estereótipos sexistas.

Além disso, acrescentam que ao definir o nicho familiar como um ambiente participativo na construção educativa do sujeito, conseqüentemente, compreende-se que além da escola, a família também ocupa um papel importante na desmistificação de estigmas construídos acerca da temática de gênero, tendo em vista que, a família se configura como um agente socializador no desenvolvimento, a ponto de poder interferir nos trajetos individuais de meninos e meninas (ALVAREZ; VIEIRA, 2014).

É preciso destacar também que a formação e a informação dada através dos educadores são elementos definidores no processo desta desconstrução da simbologia machista, pois, a neutralidade diante a situações discriminatórias e o posicionamento de omissão diante de algo que deve ser discutido, como o machismo, tem potencial de contribuição no que tange superar ou preservar a disseminação da cultura machista (FIALHO; SOUSA, 2019).

Nessa lógica, é preciso ressaltar que a opressão existe e se encontra presente nas instituições que fazem parte da sociedade e no caso da escola, ela está presente nas relações desenvolvidas entre os meninos e as meninas, além de também estar presente entre os homens e mulheres que fazem parte dos grupos sociais, a escola ocupa assim, o papel de reflexão e desmistificação diante as construções em torno do que é ser menino e menina (SILVA; MENDES, 2015).

Nessa acepção, Castro (2018) aponta que se a cultura de determinada sociedade é machista, a única forma de desconstruir masculinidades, que fazem vítimas tanto mulheres e homens, é dando prioridade ao desenvolvimento da base, através da educação infantil, isto é, se desde pequenas as crianças reconhecerem os princípios sociais que foram internalizados dentro desse sistema simbólico, elas passarão a ter mais respeito pelo o outro e, além disso, o dever da escola neste caso é desnaturalizar esses processos. Entendendo que a desconstrução entre a dicotomia do masculino-feminino deve ser pautada nas mais diversas possibilidades de feminilidades e masculinidades, na medida em que faz-se imprescindível o questionamento e a reflexão da estreita concepção binária (LOURO, 1997).

RESULTADO E DISCUSSÕES

A partir das análises por intermédio do referencial teórico escolhido para a construção dessa pesquisa, foi possível observar que ainda perdura no Brasil, um modelo sistêmico que

não intervém efetivamente nas relações de gênero e na inserção mais efetiva das mulheres no âmbito laboral, em que a disseminação do preconceito em relação à inteligência feminina, que é construído e cada vez mais reproduzido por comportamentos nocivos, dificultando gradativamente a ascensão de uma sociedade mais democrática.

Dessa forma, Andrade (2004) apud Linck (2018) afirmam que a desigualdade avassaladora que perpassa as relações de gênero é oriunda dos processos histórico-culturais, em que as mulheres assumem esse papel de subordinada, afastando-se da dimensão de igualdade que deveria estar sendo trabalhada desde sempre no âmbito escolar. Dessarte, compreendemos assim o que salienta Saffioti (1999) ao mencionar que essa desigualdade é algo posto pela tradição cultural, pelos sistemas de poder e pelos agentes incluídos nesses vínculos sociais. Nesse ponto de vista, Andrade (2004) apud Linck (2018) endossa que o simbolismo que padroniza, classifica e estigmatiza o gênero feminino é oriundo da construção de valores históricos e culturais, cabendo, às mulheres por sua vez, ocuparem um papel subordinado.

Em consonância a isso, Machado (1995) salienta que esse conceito de gênero deve ser transformado em discussão a partir da desconstrução dos ideais naturalizados do conceito de homem e mulher, sendo assim, pode ser desconstruído e debatido através de relações mais igualitárias nesse âmbito, deixando claro que a desigualdade perpassa como algo longe de ser natural para o ser humano. Consequentemente, a construção da idealização de inteligência feminina deve ser respaldada em princípios que rompam com essa construção da desigualdade, oriunda da estigmatização na esfera social.

Nessa linha de raciocínio, é possível observar através do que foi afirmado por Borges (2005), que a construção da concepção da inteligência feminina é respaldada pela erotização, em que a beleza assume um lugar importante e a inteligência em si ocupa um espaço de desinteresse, em que o poder e inteligência ocupam um espaço de atribuição erótica masculina, e beleza e juventude são postas como atributos eróticos femininos. Dessa forma, ao compreender a cultura masculina como forma de estereotipar as mulheres, entendemos também que as mulheres não passam de “beldades” para que a cultura masculina se perdue, pois, quando as mulheres demonstram personalidade, elas passam a não serem desejáveis, isto implica em afirmar que o mito da beleza é determinante no que tange ao comportamento (WOLF, 2020).

Analizou-se também, a partir de Fialho e Nascimento (2019) que é papel da escola construir espaços de reflexão acerca de concepções de ideais machistas e da correlação com o feminismo, em que o posicionamento omissivo do educador tem potencial de contribuir a

disseminação da cultura que desvaloriza a mulher. Nessa perspectiva, observou-se também através de Alvarez e Vieira (2014) que a família como instituição educadora e formadora do desenvolvimento humano, deve ser entendida como um fator importante na desmistificação dos papéis de gênero e na noção de estigma acerca destes.

Notou-se também que, a única maneira de desconstruir masculinidades advindas da construção machista em uma sociedade é priorizar desde cedo o desenvolvimento da criança através da educação infantil, porque é a partir disso que elas reconhecem o sistema que foi internalizado simbolicamente (CASTRO, 2018). Ademais, observou-se que o papel do educador é fundamental na (des)construção de ideais machistas e misóginos que perduram na sociedade até os dias atuais (FIALHO; SOUSA, 2019).

Em suma, é notório que a estruturação do contexto social, cultural e histórico brasileiro, a estigmatização em torno das mulheres brasileiras e a desigualdade social são os principais fatores que dificultam a ascensão de uma sociedade mais digna e democrática, que dificultam uma inserção feminina educadora. À vista disso, entendemos a importância da discussão dessa problemática na atualidade, levando em conta o pressuposto de que, essa esfera social é construída por uma formação sociocultural, baseada em princípios misóginos, sexistas e machistas, fazendo necessária uma participação mais efetiva das mulheres no âmbito social e uma educação acerca dessa temática mais precoce, para a formação de uma sociedade mais igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À vista disso, é notório o quanto a idealização errônea do que deve ou não ser feminino, principalmente, no que concerne ao conceito da inteligência feminina, atinge diretamente na constituição da integralidade das meninas e mulheres brasileiras, em que frequentemente sofrem resquícios de uma sociedade que é regida por padrões e comportamentos estigmatizados e retrógrados, remetendo a um corpo social regido por ideais misóginos, machistas, sexistas e preconceituosas, reafirmando a necessidade de discutir sobre princípios que remetem a igualdade de gênero, desde cedo dentro do âmbito escolar.

Posto isso, sabemos que nas práticas dos indivíduos que compõem a sociedade brasileira, a inserção das mulheres e as ideias capacitistas acerca desse público, principalmente, em torno da ideia de inteligência, pautadas nos estigmas sociais que são postos em torno da capacidade feminina de resolver, ou não, determinadas situações, ou de executar ou não determinada tarefa, reproduzem um ciclo de danos psicológicos e sociais para com essas mulheres e o papel da escola é a contraposição a essas atitudes.

Sendo assim, é imprescindível a discussão em instituições públicas sobre comportamentos nocivos que prejudicam a integralidade feminina, garantindo a discussão em torno de direitos básicos e elementares para uma participação mais ativas das mulheres brasileiras e a desconstrução da idealização de uma inteligência feminina que é erotizada e limitada, sendo constantemente definida como algo irrelevante, impertinente e até mesmo inadequada. Nesse sentido, destaca-se a necessidade do diálogo acerca da cultura machista simbólica nas escolas, indo desde os primeiro contato com a instituição e perdurando até a formação final, com educadores, gestores, coordenadores, pois, comportamentos omissivos perante essa problemática permitem a continuação e perpetuação de atitudes discriminatórias e de cunho misógino.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, T.; VIEIRA, C. C. O papel da educação no caminho que falta percorrer em Portugal na desconstrução dos estereótipos de gênero: breves reflexões. **Exedra**, p. 8-17, 2014.

BIAN L.; LESLIE, S. J.; CIMPIAN, A. Gender stereotypes about intellectual ability emerge early and influence children's interests. **Science**, 355(6323), 389–391, 2017.

BORGES, M. de L.. Gênero e desejo: a inteligência estraga a mulher?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 667, jan. 2005.

BORIS, G. D. J. B; CESIDIO, M. de H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

CASTRO, S. de. O papel das escolas no combate às masculinidades tóxicas. Aprender:**Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 20, p.75-82, 21 dez. 2018. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/issue/view/321>. Acesso em: 10 abr. 2020.

EXAME. Pesquisa: 90% dos homens e mulheres têm visões negativas sobre as mulheres. **EXAME**, 2020. Disponível em: <https://exame.com/mundo/pesquisa-90-dos-homens-e-mulheres-tem-visoes-negativas-sobre-as-mulheres/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FIALHO, L.M.F.; NASCIMENTO, L.B.S. O que os gestores escolares da rede pública entendem sobre gênero? **RPGE – Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 927-945, 2017. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10147>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FIALHO, L.M.F.; SOUSA, F. G. A. de. Feminismo e machismo na escola: desafio para a escola contemporânea. Aracaju: **Interfaces Científicas**, v.8 ,n.1. p. 35 – 50, 2019.

LINCK, L. do A. e S. O estigma de gênero aplicado a mulher frente uma sociedade patriarcal. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 13 maio 2020. Disponível em:

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/52116/o-estigma-de-genero-aplicado-a-mulher-frente-uma-sociedade-patriarcal>. Acesso em: 25 mar. 2021.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: **Vozes**, 1991. p.14-36.

MACHADO, L. Z. Gênero, um novo paradigma?. **Cadernos Pagu**, (11), 107-125, 2013. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634467>. Acesso em: 25 mar. 2021.

MAIO, E. R.; OLIVEIRA, M.; PEIXOTO, R.. Formação em gênero e educação para a sexualidade: considerações acerca do papel da escola. **Revista Nupem**, v. 10, n. 20, p. 51-62, 2018.

PEDRO; C. B.; GUEDES, O. de S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, v. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2021.

PINHO, A. R.; O discurso machista na fala de mulheres nas redes sociais: caso Bruna Marquezine. **Unilab**. 2018. Disponível em: <repositorio.unilab.edu.br/handle/123456789/1611>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SAFFIOTI H. Gênero, Patriarcado Violência. São Paulo, **Expressão Popular**, 2015.

SANTOS, S. M. de M. dos; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-19, 2010.

SILVA, M. C.; MENDES, O. M. As marcas do machismo no cotidiano escolar. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, 2015.

SILVA, M. L. M. da P.; COSTA, M. A. T. S. da. Discussões de gênero e feminilidades na escola contemporânea. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 15, n. 2, p. 55-72, 2018.

WOLF; N. O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: **Rosa dos Tempos**; 15ª edição, 2020.